

EDUCAÇÃO E INFÂNCIA: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ÂMBITO DO GRUPO ESCOLAR JOÃO PINHEIRO DE ITUIUTABA, MG, (1966-1988)

Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira¹

Carlos Henrique de Carvalho²

I) INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira, nas últimas décadas, vem sofrendo um processo de adensamento significativo, produzido em torno dos debates sobre a problemática historiográfica. Neles ganham relevância a temática relativa às instituições escolares, que de certa forma, contemplam a maioria dos estudos desenvolvidos sobre a história da educação. Mesmo sabendo desse volume de pesquisa já existentes nessa área, busca-se trabalhar com essa temática, direcionada ao Grupo Escolar João Pinheiro de “Villa Platina”, mesmo porque várias instituições escolares já foram objeto de pesquisas em Ituiutaba³, mas com certeza, não esgotaram esse manancial e, principalmente, ainda há lacunas nesse terreno de pesquisa no município. Apenas como exemplo, vale a pena citar, que essa mesma instituição não teve suas atividades iniciais devidamente analisadas, bem com sua Gênese (criação e implantação entre os anos de 1908 e 1910, respectivamente), em virtude de um incêndio. Por outro lado, em decorrência desse fato, grande parte do acervo documental da instituição foram destruídos, porém essa limitação de fontes inviabiliza pesquisas voltadas para gênese, mas não impede que possa pesquisá-la em outros momentos de sua trajetória, e é com esta investigação em andamento que se busca desenvolver uma análise a respeito da educação infantil praticada pela escola, no período compreendido entre 1966 a 1988 e constituição do Grupo Escolar João Pinheiro⁴.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU-MG, Universidade Federal de Uberlândia de Minas Gerais. Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ituiutaba.

² Orientador. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU-MG, Universidade Federal de Uberlândia de Minas Gerais.

³ Merecem destaque: OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros, 1964 - **História e memória educacional**: O papel do colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba, Triângulo Mineiro, MG (1939-1942); RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza Silva, FARIAS, Elizabeth – **Primórdios da Escola Pública Republicana no Triângulo Mineiro**.

⁴ Em períodos mais remotos encontramos um acervo documental significativo a partir de 1966, o que nos motivou a trabalhar com essa instituição.

II) IMPASSES E DESAFIOS NO CAMPO DAS ABORDAGENS SOBRE AS INSTITUIÇÕES

A partir dessas constatações iniciais é que estamos realizando um estudo para discutir os problemas ligados à educação infantil nas séries iniciais no Grupo Escolar João Pinheiro de Villa Platina, na cidade de Ituiutaba - MG⁵, no período compreendido entre 1966 a 1988. Momento no qual se percebe um posicionamento muito mais ligado a uma preocupação quantitativa do que um realce mais substancial voltado à educação infantil.

Não só havia uma efervescência teórica, mas também uma alteração substancial ligada ao campo legal das séries iniciais, tanto em termos quantitativo quanto em termos qualitativos. Nesse sentido, passou-se a esboçar alguns aspectos relacionados a estes problemas, onde nos ancorando numa fundamentação teórica que nos possibilitem repensar o problema da educação infantil brasileira e, em especial, da cidade de Ituiutaba, consubstanciada pelas ações desenvolvidas pelo Grupo Escolar João Pinheiro de Villa Platina⁶. O interesse na realização dos estudos sobre instituições escolares (Grupo Escolar João Pinheiro de Villa Platina), insere-se no contexto, na cidade de Ituiutaba - Minas Gerais, emergiu de questionamentos que buscam compreender o que este Grupo Escolar representou para a formação educacional da sociedade Ituiutabana e, conseqüentemente mineira.

É neste cenário que discorreremos como foram construídas as concepções de infância e suas mutações, no momento em que se pensou na criança como um ser singular, com características diferentes dos adultos, onde nascemos sensíveis e desde nosso nascimento somos molestados de diversas maneiras pelos objetos que nos cercam.

⁵ Ituiutaba nasceu como muitas outras cidades triangulinas. Nos meados do século XIX, os vários exploradores que passavam pela região e anunciavam como fértil e inexplorada, motivo que atraiu várias pessoas de várias regiões do País. O Triângulo Mineiro, antigo serão da Farinha Podre, foi ao longo dos anos, formando-se, em conseqüência do grande afluxo de pessoas que, pela região, passavam em busca do Brasil Central e de suas riquezas. Pequenos arraiais foram constituindo-se. Antes do fracasso de colonização, vivia, na região, uma tribo dos índios Caiapós, considerados nômades porque se deslocavam ao longo das encostas dos rios Tijuco e Paranaíba, em pleno Planalto Central do Brasil. À medida que os alimentos ficavam escassos, procuravam outros lugares e ali cultivavam suas lavouras, principalmente, a mandioca e da qual fabricavam farinha. Pode-se dizer que os primeiros posseiros, determinados a “civilizar” a região deram origem a desorganizado lugarejo que, só em 1839, se instalou como distrito de São José do Tijuco, pertencente ao termo de Vila de Uberaba. Partes das terras doadas pertenciam as famílias Moraes e Ramos e foram destinadas à construção de pequena Capela em louvor a São José, o padroeiro do povoado. Esse foi o primeiro vínculo com a igreja: a fé impulsionando o processo civilizatório da região. Com a instalação e consolidação de empresas e estabelecimentos comerciais e fábricas. Nota-se que, no âmbito educacional também houve relativo crescimento, apesar de que as condições da época eram muito precárias.

⁶ O Grupo Escolar João Pinheiro foi incendiado no dia dezessete de junho de 1952, em decorrência deste episódio alguns documentos foram destruídos, Folha de Ituiutaba, ano XI, Ituiutaba, 18 de junho de 1952, Nº 517.

Assim, a educação será adaptada à infância com o estabelecimento de faixas etárias, levando em conta o desenvolvimento das funções, e a obra da natureza nele se conclui pela educação, segundo Rousseau:

O princípio educativo passa pela negação de uma moral adulta sobre a criança. A educação tenta socializar a criança cedo demais, formar o espírito antes da idade. E dar a criança o conhecimento dos deveres do homem. Mas isso é, com efeito, abrir a porta aos vícios (1979, p.187).

Neste período, a criança vista como um “pequeno adulto” deverá adaptar-se ao meio social na convivência e atitudes do “mundo dos adultos”. Esta era a garantia na qual a sociedade se ancorava para que as crianças aprendessem os costumes e a tradição, por meio de imitação da vida adulta.

Para compreendermos esse significado atribuído à escola, recorreremos às palavras de Ariès, ao discorrer sobre a história da instituição educativa. A escola medieval era indiferente quanto à divisão, que conhecemos hoje, de idades. Ela, em uma classe única, reunia jovens, idosos, crianças. Não existia uma graduação dos currículos, nem o professor mantinha autoridade ou um planejamento do tempo escolar.

A escola não dispunha então de acomodações amplas [...] Em geral, o mestre alugava uma sala, uma schola, por um preço que era regulamentado nas cidades universitárias [...] Forrava-se o chão com palha, e os alunos aí se sentavam (ARIÈS, 1981, p.166-7).

Prossegue, Áries:

Ainda afastada de seus pais, sua educação era garantida pela aprendizagem com os adultos, aprendiam a fazer ajudando-os, com as comunicações sociais realizadas, portanto fora da família por elementos da comunidade, passando mais tarde ser a família instituída. A partir do fim do século XVII, a escola substituída aprendizagem como meio de educação (1981, p. 11).

Por outro lado, Ariès observa, também:

Essa afeição se expressou sobre tudo através da importância que se passou a atribuir a educação. Não se tratava mais apenas de estabelecer os filhos em função dos bens e da honra. Tratava-se de um sentimento inteiramente

novos: os pais se interessavam pelos estudos de seus filhos e os acompanhavam com uma solicitude habitual nos séculos XIX e XX. (1981, p. 12).

Percebemos que, mesmo dentro da escola, as crianças participavam do mundo dos adultos, ou seja, a instrução não distinguia a criança do adulto. Contudo, a escola surge com função de moralização da criança. Esta, influenciada pela vida dos adultos, vivia sem nenhuma distinção dos procedimentos tidos como imorais. Deste modo, sob a influência de uma nascente pedagogia moralista, a criança foi se incorporando às escolas, com o objetivo de ser educada, instruída e afastada da vida transgressora do adulto. Neste contexto, as crianças entravam para a escola com sete anos, característica do século XVII, e, mais tarde, somente ingressavam nas escolas crianças a partir de dez anos. Assim, a primeira infância sofria, neste momento, a exclusão escolar. Com influência da burguesia, no final do século XIX, as mudanças foram atingindo todo o espaço escolar, principalmente em relação à divisão de idades, currículos, métodos, dentre outros. Como também, acentua-se uma prática disciplinadora, isto acontece devido à visão da fraqueza da infância que precisava ser educada por um mestre. Estas disciplinas eram rígidas e humilhantes, realizadas com chicote, ou castigo corporal.

Souza corrobora com essas idéias ao afirmar que:

Por meio das idades dos alunos podemos analisar o comportamento da população em relação à escola. A presença da criança na família era prolongada, pois o início da escolarização ocorria mais tarde, o jardim de infância não era uma instituição de uso comum (1998, p. 115).

Ao retratar esta realidade, observa-se que não havia uma distinção entre o que era reservado às crianças e o que era reservado aos adultos. Assim, não diferenciava o adulto da criança em vários aspectos do cotidiano desta sociedade.

Por outro lado, o Estado assume para si a responsabilidade de conduzir as questões relativas a uma prática pedagógica em relação à Educação Infantil e, ao mesmo tempo, não consegue provê-la de fundamentos metodológicos que venham a viabilizar uma ação pedagógica por parte dos professores. Acaba por legitimar um espaço escolar, desprovido de uma sustentabilidade metodológica para a Educação Infantil, que nem sempre é proveitoso ao modelo educacional como um todo. É na tentativa de entender estas distorções e contradições que nos propomos compreender como foram desenvolvidas essas

práticas educativas e/ou pedagógicas durante o período militar no Grupo Escolar João Pinheiro de Villa Platina.

Como bem lembra Magalhães (1996 *apud* Vidal, 2006), uma instituição educativa compreende:

(...) uma complexidade espaço temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papeis e representações diferenciados, entretecendo e projectando futuro(s) (pessoais) através de expectativas institucionais educacionais. É um lugar de permanentes tensões. As instituições educativas são projectos arquitectados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais (2006, p. 49).

Por outro lado, buscamos entender a forma pela qual foram desenvolvidos e aplicados os novos marcos reguladores da Educação Nacional, notadamente a Lei 5692/71, de 11 de agosto de 1971. Num segundo momento tentar-se-á identificar como a Lei 5692/71, reconfigurou, dentro do espaço escolar, a concepção de infância, tendo como ponto de análise as propostas educacionais normatizadas pela referida lei, no que tange a educação infantil.

Pretendemos, pois apreender como se desenvolveu o processo ensino-aprendizagem, dentro do espaço da educação infantil, que constitui hoje um segmento importante do processo educativo. Por outro lado, a reestruturação econômica, com a conseqüente inserção da mulher no mercado de trabalho, provocou a antecipação da escolaridade, entendida como um espaço onde as mães abrigavam os seus filhos durante o período de trabalho.

O caráter ideológico do conceito de criança vem se desenvolvendo ao longo da história, legitimado pela sua penetração na sociedade, onde o processo de reinvenção do ser criança foi e é uma construção. A escola, em particular, a pública⁹, contribui para as diversas idealizações a respeito do, sobre o ser criança, cujos conteúdos realçam a especificidade da infância e, ao mesmo tempo, negam esta mesma especificidade através da lógica das diferenças de classes. Nesse sentido, à medida que o currículo da educação infantil não leva em consideração a concepção do ser criança, detectar-se lacunas sobre o

⁹ SAVIANI, Demerval. (2004, pp. 17-18). As reformas pombalinas contrapõem-se ao predomínio das idéias religiosas e, com base nas idéias laicas inspiradas no Iluminismo, instituem o privilégio do Estado em matéria de instrução, surgindo, assim, a nossa versão da “educação pública estatal”, tendo com objetivo a difusão do ensino a toda a população.

universo infantil, seus processos de socialização e construção do saber e a internalização de modos, costumes e valores culturais.

Contribui para a compreensão do ser criança. Por isso, é fundamental reconhecer que além da pretendida automatização de ambas as esferas, a escola sempre tem a ver com os movimentos sociais. Uma escola inanimada, perante a mudança social, é uma escola comprometida com a conservação da ordem, com o mascaramento das condições de miséria e exploração existentes em nossa sociedade. Se a escola não contribui para o fortalecimento dos movimentos populares, ela acaba contribuindo para seu enfraquecimento.

Dentro do contexto, da educação segundo a Lei n.5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou as diretrizes e bases da escola de 1º e 2º graus. De acordo com a lei, o ensino de 1º grau compreendendo a duração de oito anos letivos (art. 18) destinava-se à formação da criança e do pré-adolescente (art. 17), correspondendo ao ensino primário obrigatório e gratuito dos 7 aos 14 anos estabelecido pela Constituição Federal de 1967 (art. 176, § 3º, II).

Compactuamos com as observações de Saviani et alii:

A criação do ensino de 1º grau, em 1971, pela integração do primário e ginásio, consagrou a extensão da escolaridade obrigatória no País. A implantação do 1º grau, destinado à formação da criança e do pré-adolescente, deu-se a partir da eliminação dos exames de admissão e da ampliação (indiscriminada) das séries nos grupos escolares, aproveitando a rede física instalada e ajustando a estrutura administrativa e pedagógica. Uma nova nomenclatura se impôs com a eliminação de denominações usuais na época, como escola isolada, grupo escolar, ginásio e equivalentes (2004, p. 152).

Já em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, condizente com os novos tempos que se anunciavam décadas finais do século XX. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 205, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, p.49).

Deste modo, as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas têm proporcionado mudanças na forma de se conceber a infância, e conseqüentemente a

educação infantil. No Brasil, somente em 1988, a Constituição Federal, ao incluir a educação infantil no capítulo da educação (art. 208, inc. IV), reconhece o direito de todos terem acesso a este atendimento institucional.

III) AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO

A diversidade de práticas pedagógicas que caracterizam o universo da educação infantil é o reflexo da dimensão do seu mundo, que passa a interagir com o universo escolar e, ao fazê-lo, emerge uma série de problemas consubstanciados nas condições subjetivas e objetivas. Pois, segundo Otaíza de Oliveira Romanelli essas condições estão, ligadas a dois grupos de influência:

O educando recebe, no ambiente escolar, as influências resultantes do seu relacionamento com o professor e os colegas, e da forma como ele gradativamente vai dominando as conquistas culturais que a escola põe ao seu alcance. E, ainda, a mesma coisa será possível com relação ao meio social da escola, se este lhe condicionar uma real interação através do diálogo. O diálogo com a cultura e o diálogo com professores e colegas, eis aí as condições de auto realização do educando, que a escola deve oferecer. Só através desse diálogo será possível a conquista, pelo educando, dos seus meios de atuação no mundo material e no mundo social. Nenhuma qualificação para o trabalho ou exercício da cidadania é possível sem essa base dialogal (2001, p. 236-7).

O segundo grupo de influência, exposto por Romanelli, se refere:

Como o educando não vive só no meio escolar, decorre daí, que os objetivos acima enunciados, são dependentes da forma de vida em sociedade em geral, na qual se situa a escola. Em outros termos, assim como é impossível uma qualificação real para o trabalho, numa sociedade que não o promova, nem o dignifique, assim também é impossível, uma formação que leva ao exercício consciente da cidadania, no meio social, onde, não impere a forma de vida democrática. Nesse sentido, ainda que haja remota possibilidade, de uma preparação feita pela escola, esta corre o risco de cair no vazio e tornar-se uma forma oca de fazer os educando memorizarem regras de convivência, social (2001, p. 237).

É fundamental compreendermos a importância das práticas pedagógicas ligadas à educação, uma vez que as mudanças introduzidas pela Lei 5692/71, na sua estrutura do ensino, está na ampliação da obrigatoriedade escolar para 8 anos, ou seja, para a faixa etária que vai dos 7 aos 14 anos, causando implicações, pois doravante, compete ao Estado acréscimo de suas obrigações com relação à educação do povo e supõe uma modificação estabelecer a estrutura da educação elementar, já que a expansão do ensino, decorrente disso, imporá um grau de elasticidade e capacidade de adaptação à realidade inexistentes nos tradicionais cursos primários e ginásial. O ensino de primeiro grau, além da formação geral, passa a proporcionar a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho. Esta Lei traz conseqüências danosas, do ponto de vista pedagógico, pois como observa Moyses Kuhlmann Júnior o resultado concreto da escola de 8 anos, detalha:

A perspectiva de oferta de uma educação infantil passa a ser considerada uma tendência elitista diante da falta de recursos, os programas de emergências adentram o sistema educacional. Renova-se também secular proposta da “assistência científica”, que isola as crianças pobres em instituições conformadas por uma pedagogia da “submissão”, que elas não precisam de tudo aquilo que se diz quando se fala na educação das “outras crianças”, que (re)produz as desigualdades sociais (de classe, de raça, de gênero, de geração). Ao mesmo tempo, repõe-se como novidade a relação da educação infantil com o melhor desempenho na escola obrigatória, agora não mais por ela favorecer o desenvolvimento integral da criança, mas por compensar carências na população pobre. Até mesmo quando se manifesta a intenção de garantir o contato com o conhecimento, surgem idéias de que a recreação infantil se apóia ao “pedagógico” por deixar a criança sem contato com a língua escrita. Transfere-se para uma educação pré-escolar de baixa qualidade a solução dos problemas da escola primária – agora ensino 1º (primeiro) grau, marcado pelo peso curricular do antigo ginásio, mas que não consegue garantir a conclusão sequer da segunda série, para muitas crianças. (2000, p. 490).

Antes de defender a educação pré-escolar como solução à repetência, é preciso, primeiro, constatar que não são todas as pré-escolas que influenciam na promoção da primeira série. Na maioria das vezes, a prática de iniciar a leitura e a escrita no jardim de infância, “roubou” da criança o prazer e os benefícios da atividade lúdica, deixando-a sem

a condição de desfrutar da sua infância, ao pragmatizar a ação pedagógica na educação infantil.

Pensar a educação das crianças, que se encontram nas creches e pré –escola, é pensar uma fase que se vivencia as primeiras experiências escolares, concomitantemente as primeiras expressões sexuais, afetivas, emocionais, relacionais extra-familiares. Tal fato exige uma prática - pedagógica interdisciplinar, concebendo a criança como um ser que pertence a um contexto sócio- econômico-cultural, possuidora de uma objetividade e subjetividade. Procuraremos dentro deste trabalho sobre o Grupo Escolar João Pinheiro, interpretar como era a organização pedagógica, que princípios pedagógicos eram utilizados, como era a formação dos professores, como era organizado administrativamente a escola, quem eram os sujeitos, professores, alunos, diretores, especialistas. Através da coleta destes fatos estaremos fazendo uma análise mais profunda das práticas pedagógicas existentes no interior desta instituição. Entretanto, a contribuição destes dados será relevante para entender questões postas pela escola.

IV) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

_____. LDB: *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: Lei n.º 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e legislação correlata. 2. ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

Folha de Ituiutaba, ano XI, Ituiutaba, 18 de junho de 1952, nº 517.

KUHLMANN JÚNIOR, Moyses. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M & Veiga, C.V. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica, p.469-496.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis -RJ: Editora Vozes 2001.

ROUSSEAU, Jean Jaques. *Emílio ou da Educação*. 3ª ed., São Paulo: 1979.

SAVIANI, Demerval. et alii. *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. *Cadernos de História da Educação* - nº-4- Janeiro/dez, 2005.

SOUZA, ROSA FÁTIMA de. *Templos de Civilização: a implantação da escola Primária graduada no Estado de São Paulo. (1890-1910)*: Editora Unesp. 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. *As Lentes da História: estudos de história da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares 1893-1971*. Campinas, SP: 2006.